



## Entrevista

### **Bento Siteo**

**A colonização dos países africanos lançou sementes para a subalternização das nossas línguaculturas**



# Bento Siteo

## *A colonização dos países africanos lançou sementes para a subalternização das nossas línguaculturas*

Entrevista conduzida por **Ezra Alberto Chambal Nhampoca** e **Leticia Cao Ponso**  
Maputo, Moçambique, outubro de 2023.

*Bento Siteo (Maputo, Moçambique, 18/05/1947). Em 1986 terminou o Curso de Teologia pela Igreja Presbiteriana de Moçambique. Em 2001, obteve o grau de Doutoramento também em Linguística africana, pela Universidade de Leiden, na Holanda. É docente e investigador já jubilado na Universidade Eduardo Mondlane, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Departamento de Linguística e Literatura, Secção de Linguística. É autor de mais de 40 títulos em artigos e livros, dos quais se destacam, Dicionário Changana-Português, Dicionário Português - Changana, Dicionário Ronga - Português, Verbs of Motion in Changana e Dicionário Escolar Inglês - Português, este último em co-autoria. Bento Siteo é igualmente autor de quatro novelas em Changana, de várias peças teatrais e de manuais de ensino de língua Changana. Foi o tradutor da Constituição da República de Moçambique, de Português para Changana. É membro fundador da Academia de Ciências de Moçambique e da Associação dos Escritores Mocambicanos. É membro e conselheiro do Programa de Lexicografia em Línguas Moçambicanas (LexLiMo).*

**Ezra Chambal Nhampoca (ECN) e Leticia Cao Ponso (LCP):** Professor, é uma referência em Moçambique nos estudos das Línguas Bantu. Poderia contar-nos um pouco sobre que línguas estavam presentes na sua infância e quando começou o seu interesse pela reflexão sobre a linguagem ?

**Bento Siteo (BS):** A minha mãe era *Ronga*. Ela e a minha avó materna aprenderam a ler e a escrever nesta língua na escola da Missão Suíça. Mais tarde a minha mãe continuou o ensino primário em Português. O meu pai era *Changana*. O *Ronga* e o *Changana* são línguas mutuamente inteligíveis. Eu e os meus dois irmãos aprendemos a distinguir e usar bem as duas línguas. Na Igreja da Missão Suíça, hoje Igreja Presbiteriana de Moçambique, a educação religiosa, e não só, era feita nas línguas locais. É assim que desde a tenra idade encarei com naturalidade o uso des-

tas línguas. Nos anos 1960, como monitor da escola dominical e catequista da juventude nos *mintlawas* produzi alguns cânticos e pequenas peças de teatro que eram apresentados nos dias festivos da igreja. Nessa época também ajudava missionários recém-chegados na sua aprendizagem de *Ronga*. Para isto, estudei gramáticas, vocabulários e manuais de conversação produzidos por missionários. Por vezes encontrava nestes textos algumas imprecisões e escrevia as minhas próprias notas adicionais.

**ECN/LCP: Na Universidade Eduardo Mondlane, como começou o seu trabalho?**

**BS:** Nos finais da década 1970, o Núcleo de Estudo das Línguas Moçambicanas (NELIMO), do então Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras, da Universidade Eduardo Mondlane, inte-

grou-me como um dos seus colaboradores na área de pesquisa sobre línguas bantu. Trabalhei com o notável bantuísta polaco, o Professor Eugeniusz Rzewuski. A minha contribuição incidiu sobre a descrição das línguas do grupo Tsonga (Ronga, Changana e Tshwa), com especial incidência na língua Changana. Tinha já feito algum estudo e escrito algumas coisitas sobre esta língua.

Creio que foi nessa época, mais precisamente em 1978, que fui convidado a trabalhar no Instituto de Investigação Científica de Moçambique, da Universidade Eduardo Mondlane, como Adjunto Técnico de Investigação na área de Desenvolvimento Rural, tendo dirigido o TBARN, um centro de pesquisa e comunicação sobre Técnicas Básicas para o Aproveitamento Racional da Natureza. Em 1981 passei para a Faculdade de Educação. Dirigi o Centro 8 de Março que acolhia estudantes da UEM e, por inerência de funções, fiz parte da direção desta faculdade com o cargo de Director Adjunto.

Foi nesta altura que a UEM escreveu a algumas igrejas a solicitar candidatos para o ensino de Changana. A minha igreja enviou três nomes, dentre eles o meu. Como eu já era funcionário da universidade, fui selecionado e em 18 meses fui formado como Leitor de Changana, já integrado na então Faculdade de Letras, hoje Faculdade de Letras e Ciências Sociais, onde me encontro até hoje. Ensinei Changana a partir de 1982 tendo interrompido anos depois para prosseguir os meus estudos fora do país.

**ECN/LCP: Foi depois estudar para a Europa.**

**BS:** O *Mwalimu* (Professor) Eugeniusz Rzewuski conseguiu-me uma bolsa de estudo e fui fazer o Mestrado em Linguística Africana na Polónia, na Universidade de

Varsóvia, sob sua orientação. Como Leitor de língua, sempre senti a necessidade de aprofundar os meus conhecimentos nesta fascinante atividade de produção de dicionários, sobretudo os bilingues envolvendo línguas bantu. É por isso que me especializei na área de Lexicografia.

Anos depois, obtive o Doutoramento em Linguística Africana na Universidade de Leiden, na Holanda, na área de Semântica Lexical, sob orientação de outro *bantuista* de renome, o Professor Thilo Schadeberg.

**ECN/LCP: Quais são as obras essenciais na sua formação ?**

**BS:** A obra que lançou os alicerces da minha formação como intelectual é um livro muito pouco conhecido. Trata-se do *Memento - o livro do rapaz*, o manual dos *mintlawa*. Explico o que é isto. Nos anos 1930, a Missão Suíça viu que era necessário encontrar um meio alternativo ao sistema educacional colonial. O missionário suíço André-Daniel Clerc, em colaboração com o pastor Abrão Aldasse e outros, lançou um sistema de educação, conhecido por *mintlawa*, termo *Changana* e *Ronga* que significa *grupos*, cujo objetivo principal era moldar a personalidade dos jovens moçambicanos dentro de uma educação cristã baseada na cultura local. O *Memento* exaltava aspetos como o sentido de justiça, a autoconfiança e a liderança; o respeito pelo trabalho manual, o amor à natureza e à terra; o significado de pertença a um grupo social e do respeito e observância de regras de conduta, tudo isto numa verdadeira prática democrática. Os grupos de meninas tinham o seu próprio manual, similar ao *Memento*, mas com aspetos específicos para a situação particular da rapariga. Verdade seja dita, alguns dos ensinamentos não se conformavam com a nossa cultura, mas devo reconhecer que praticamente todos os ingredientes para a formação de um indivíduo no plano es-

<sup>1</sup> Frente de Libertação de Moçambique.

piritual e também no intelectual e no social estavam reunidos nestes manuais que forneciam aos jovens (rapazes e raparigas) uma visão crítica do mundo à sua volta para poderem agir sabiamente sobre ele. Eduardo Chivambo Mondlane, o fundador da Frelimo<sup>1</sup> e arquiteto da unidade nacional, foi educado pelo Dr. André- -Daniel Clerc. Ele e outros proeminentes cidadãos moçambicanos são fruto dos *mintlawa*. Fui sucessivamente membro e chefe de *mintlawa* e, por ter recebido uma formação específica nesta área por uma equipa liderada pelo Dr. Clerc, mais tarde dirigi cursos de formação de instrutores que têm como responsabilidade a educação de crianças, adolescentes e jovens com base no *Memento*.

Toda a minha formação ulterior assenta sobre esta base. Tudo o que li e estudei nas áreas de Psicologia, Pedagogia, Didática, Linguística, Lexicografia, Literatura, etc. são tijolos e telhas que foram dando forma ao edifício intelectual que me serve de abrigo. Dentre os mestres na construção deste edifício, rendo homenagem aos meus tutores André-Daniel Clerc, Eugeniusz Rzewuski e Thilo Schadeberg, em representação dos que muito contribuíram para o que hoje sou.

**O estudo das línguas bantu não foi obra exclusiva de missionários.**

**ECN/LCP: Uma das suas línguas é o *Changana*, que é também sua língua de trabalho.**

**BS:** Cresci num bairro onde predominantemente se falava *Ronga*, a língua da minha mãe, mas tive uma forte influência de meu pai, cuja língua era o *Changana* e cedo passei a usá-la com mais frequência e também como língua de estudo e de trabalho. Como professor de Linguística Comparativa e de Tipologia das línguas Bantu estive sempre em contacto com estudantes falantes de outras línguas bantu,

ajudando-os a descreverem as suas próprias línguas e a compará-las com outras através de projetos de pesquisa e de trabalhos de fim de curso. A minha participação em Angola na formação de tradutores da Bíblia também me pôs em contacto com línguas bantu daquele país.

**ECN/LCP: Que conexões faz entre o *Changana* e essas outras línguas?**

**BS:** Os Tsongas (Vatsonga) são uma etnia constituída das tribos *Changana* (Vachangana), *Rhonga* (Varhonga) e *Tshwa* (Vatshwa). Habitam maioritariamente o sul de Moçambique, mas também algumas regiões da África do Sul (*Changanas* e *Rongas*), Zimbábwe (*Changanas*) e do Reino de Eswatini (*Changanas*). Em Moçambique, a população Tsonga estimase em 4 000 000 de almas, distribuída pelas províncias de Maputo (Varhonga e Vachangana), Gaza (Vachangana e Vatshwa) e Inhambane (Vatshwa). Em termos de classificação linguística, o Tsonga (S.50 na classificação referencial de Guthrie (1967-71) é um grupo constituído de três línguas mutuamente inteligíveis, nomeadamente o *Ronga* (Xirhonga), o *Changana* (Xichangana) e o *Tshwa* (Xitshwa/Citshwa). Alguns falantes de Xitshwa têm reivindicado a pertença aos Tongas de Inhambane e não aos Tsongas. Contudo, o *Gitonga*, língua dos Tongas (Vatonga) falada em Inhambane, e o *Xitshwa* não são mutuamente inteligíveis.

**ECN/LCP: A vitalidade das línguas bantu moçambicanas – além de outros domínios primários, como vida social, família, amigos, mercados - assenta muito nos cultos religiosos de várias denominações. Qual a contribuição dos missionários e de suas traduções bíblicas para a descrição e a análise das línguas autóctones de Moçambique?**

**BS:** No que diz respeito ao estudo e descrição das línguas bantu faladas em Mo-

çambique, é facto assente que as igrejas muito contribuíram para o seu estudo e descrição. A sua aposta era evangelizar os povos nas suas próprias línguas. Os missionários, onde quer que fossem colocados, aprendiam a língua local. Assim, desde o início, os cultos e a educação religiosa foram conduzidos nas línguas das regiões onde as estações missionárias eram implantadas. Como a evangelização não se resumisse apenas aos cultos e às sessões de catequese, as missões desenvolviam outras atividades que atraíam as populações circunvizinhas. Por exemplo, missionários com formação adequada ensinavam técnicas melhoradas de cultivo de produtos da região e de criação de aves de capoeira e animais de pequeno e de grande porte para obtenção de carne e leite e seus derivados. Outros ensinavam artes e ofícios. Missões houve que desenvolveram verdadeiros centros agro-pecuários e escolas-oficinas de carpintaria, serralharia, latoraria, mecânica automóvel, entre outras. Nestas missões, as mulheres iam aprender cuidados de saúde e higiene, culinária, corte e costura, tricô e croché e outras lides domésticas. Oravam juntas e discutiam questões ligadas à família, educação, meio ambiente, etc. Outros empreendimentos das missões incluíam música, teatro e poesia privilegiando sempre as línguas locais.

Para o seu maior sucesso destes empreendimentos, era necessário que as línguas locais fossem sistematicamente estudadas, descritas e ensinadas. É deste modo que, ao trabalharem em gramáticas, dicionários, vocabulários, manuais de ensino da língua e obras de ficção e na recolha e publicação de contos, adivinhas, provérbios e outros textos orais, os missionários estavam capacitados para a tradução da Bíblia e a elaboração de catecismos e outros textos de educação cristã. Estes textos constituíram os primeiros livros de leitura em muitas destas línguas pois com eles e com outros materiais de alfabetização os

nativos aprenderam a ler e a escrever nas suas próprias línguas. As diversas agências que atualmente trabalham na tradução e distribuição da Bíblia e outros materiais religiosos são de certo modo produto desta atividade missionária. Mas seria injusto terminar a minha resposta sem mencionar o facto de que o estudo das línguas bantu não foi obra exclusiva de missionários. O interesse pelo estudo destas línguas teve repercussão também no seio de alguns funcionários do aparelho do estado colonial que contribuíram para a fixação da sua escrita. Isto não significa que a escrita das línguas africanas no geral tenha sido introduzida pelo Ocidente. Mas isso é outra história...

**ECN/LCP: O Professor é autor de três dicionários, *Changana – Português (1996 e 2011)*, *Ronga – Português (2008)* e *Português – Changana (2017)*, para além de outros trabalhos na área do léxico. Como tem sido o trabalho lexicográfico que realiza?**

**BS:** Fazer lexicografia no nosso país é por amor à camisola. Voltei da Polónia com o firme propósito de partilhar com os meus colegas os conhecimentos adquiridos. Organizei um curso livre de Lexicografia com duração de um semestre que foi frequentado com sucesso por uns seis colegas e dois estudantes. Todos eles participaram depois em projetos lexicográficos. Entretanto, desenhei o projeto da elaboração do dicionário Changana-Português com uma componente importante de formação teórico-prática destes futuros lexicógrafos. Imediatamente senti na carne (e no bolso) como era difícil, se não impossível, ter esta área como a atividade principal de um pesquisador. Por um lado, havia a excessiva carga horária de docência. Por outro lado, raramente as nossas instituições patrocinam este tipo de projetos de pesquisa de longa duração. São de louvar as raras exceções. Valeu-me o facto de que ao longo de décadas já tinha acu-

mulado considerável quantidade de textos escritos e orais de onde fui extraindo o material a incluir no dicionário. Finalmente uma instituição da Educação apadrinou a sua publicação em 1996. A versão revista e aumentada deste dicionário surgiu anos depois, em 2011, já com a colaboração de colegas como a Ezra Chambal Nhampoca. Paralelamente à revisão do primeiro dicionário, decorria o projeto do Dicionário Ronga-Português em co-autoria com os colegas Pércida Langa e Narciso Mahumana. Com poucos recursos materiais logramos levar o barco a bom porto graças à entrega abnegada destes colegas e a obra foi publicada em 2008. Depois foi a vez do Dicionário Português-Changana. A equipa deste projeto integrava os colegas Ezra Chambal Nhampoca, Henrique Mateus e Gervásio Chambo que já tinham tido iniciação na área e depois consolidaram-na ao nível da pós-graduação. Os dois primeiros têm em mãos projetos de pesquisa para a produção de dicionários de especialidade nas suas línguas (Changana e Gitonga, respetivamente) e o terceiro a responsabilidade de produzir um dicionário geral da sua língua, o Chope (Cicopi). A fase de revisão do Dicionário Português-Changana contou com os préstimos de Feliciano Salvador Chimbutane que também frequentara o curso de Lexicografia de que falei. Esta obra foi publicada em 2017 graças ao apoio de uma empresa local na fase de elaboração e de uma editora local para a sua impressão.

A semente está lançada, mas os desafios são enormes, entre eles a ausência de jornais, revistas e obras literárias nestas línguas, fontes importantes para a constituição de base de dados.

### Política de línguas aqui.

**Não vejo nenhum país a desenvolver-se à custa da marginalização das suas próprias línguas indígenas.**

**ECN/LCP: Há dois posicionamentos entre linguistas africanos sobre a coexistência entre as línguas ex-coloniais e as línguas africanas autóctones. Por um lado, há a conceção *abolicionista*, de que as línguas coloniais afastariam os africanos de sua identidade autêntica, aumentando a dependência em relação ao mundo ocidental. Por outro, há a posição *adaptacionista*, segundo a qual as línguas coloniais promoveriam a renacionalização dos países pós-coloniais conjuntamente com as línguas autóctones. Tal questão é muitas vezes abordada em termos políticos: a unidade linguística constitui um pressuposto para a inteligibilidade mútua dos cidadãos. Na sua opinião, a ideia de uma nação unificada em torno da mesma língua seria incompatível com uma política linguística estatal para o multilinguismo?**

**BS:** O que é essa coisa de perda de autenticidade africana? *“Não nos banhamos duas vezes nas mesmas águas de um rio”*; aliás, nem uma só vez. As suas águas correm, mas o rio permanece sempre diferente e sempre igual a si mesmo, sem perder a sua autenticidade. Tal é o caso da cultura do homem africano. O que é a sua cultura autêntica se não o correr das águas do rio cultural no tempo e no espaço? A cultura é uma realidade dinâmica na essência. O africano de ontem é diferente do de hoje e será diferente do de amanhã porque vive a e na sua cultura sem, contudo, deixar de ser ele mesmo e, portanto, autêntico. Ele, o homem, é produto da cultura e esta também é ao mesmo tempo produto do homem. Daqui ressalta a autenticidade dinâmica do homem africano.

Voltemos à questão do convívio de línguas de povos culturalmente distintos. A língua é a componente essencial e facilitadora do desenvolvimento e crescimento da cultura como processo. A cultura é constituída pelos sistemas que incluem conhecimentos,

religião e crenças, usos e costumes, língua, técnicas e tudo aquilo que resulta da capacidade criativa do homem, projetando-se assim para a frente, para o futuro, com um olhar no passado. A língua e a cultura são duas faces de uma mesma moeda que rola sobre uma terceira, a ideologia, com todas as suas instituições, que as une e delimita. Esta moeda gira sob o impulso da sociedade dando origem àquilo que uma vez chamei *línguacultura*.

Quanto a mim, a língua em si não é o problema de que muitas sociedades enfermam. O problema é o que as pessoas pensam, falam e fazem da sua língua e na sua língua. A língua é o instrumento-chave da comunicação, mas também o meio principal do estabelecimento e manutenção das relações humanas. A colonização dos países africanos lançou sementes para a subalternização das nossas *línguaculturas*. Esta subalternização fomentada pelo invasor desde o início incluía o próprio homem africano, tido como ser humano de terceira. Em alguns setores da sociedade africana passou a reinar uma profunda aversão pelas línguas autóctones a favor da língua do colonizador que, entretanto, se foi firmando como critério diferenciador e segregador.

As antigas colónias da África subsaariana, de uma maneira ou de outra, ainda estão ligadas aos antigos colonizadores, embora sejam visíveis esforços de afirmação da sua africanidade. Estes laços são reforçados pela criação de instituições internacionais que agregam em torno da antiga potência colonizadora os países que têm a língua do ex-colonizador como a língua oficial. E é assim que as línguas africanas até hoje lutam por um lugar ao sol na bem suada independência destes países. Tendo em mente estes aspetos, os líderes dos países africanos deveriam persistir no seu compromisso de proteger, valorizar e dignificar

as línguas nativas. Não vejo nenhum país a desenvolver-se à custa da marginalização das suas próprias línguas indígenas; não vejo nenhum homem africano a desenvolver-se sentado sobre uma só nádega na cadeira deixada vaga pelo seu ex-colonizador, como se esta cadeira conquistada com a independência não lhe pertencesse na totalidade. Os povos africanos bateram-se por uma independência total e completa em todos as esferas da vida, incluindo o convívio pacífico de línguas endógenas e exógenas. Este convívio não nega a manutenção e a domesticação da língua do ex-colonizador. Ela é um legado histórico, um troféu, um património cultural a ser valorizado em pé de igualdade com as línguas que lhe viram desembarcar de naus aventureiras que rasgaram mares nunca dantes navegados.

#### **ECN/LCP: A sua posição é portanto “adaptacionista”?**

**BS:** Não sei se o meu raciocínio tem o rótulo de posição adaptacionista. O que sei é que nós, africanos, queremos que os nossos países sejam finalmente livres de toda e qualquer tendência neocolonialista para que sejam países soberanos de verdade. Por vezes é a falar que a gente **não** se entende. “*Não conseguirás convencer aquele que não quiser ser convencido.*”, já dizia Platão. É por esta razão que, em vez de desperdiçar o tempo e energias a atirar pedras contra o passado presente, tenho optado por ir produzindo e encorajando a produzir tijolos, cada um na sua própria língua. É com estes tijolos que vamos construindo a nossa autenticidade no Moçambique plurilingue, multicultural e independente. É com estes tijolos que vamos edificando o templo da nossa cidadania. Os nossos tetranetos vão sonhar; amar, lobolar, alambar, casar; fazer trocas comerciais, firmar acordos de cooperação,

<sup>1</sup> Associação das Universidade da Língua Portuguesa.

desenvolver a economia dos seus países; aceitar, tolerar e respeitar o *outro* nestas línguas muitas; vão adorar a Deus ou integrar com os nossos avoengos *phahlendo*, isto é, oferecendo sacrifícios aos espíritos dos antepassados, nas diferentes línguas deste país, incluindo o Português. É a *linguacultura* em constante movimento.

**ECN/LCP: O Professor já nos habitou a fazer referência a este termo, linguacultura que arriscamos em afirmar que foi cunhado por si, quer, por favor, explicar-nos, brevemente o seu significado?**

**BS:** Usei pela primeira vez o termo *linguacultura* numa comunicação por mim apresentada no 1.º Encontro da AULP<sup>1</sup> e que veio a ser publicada em 1989 com o mesmo título (“Cumprimentos às Minhas Mães! - Língua e Cultura na Literatura”) na *Revista da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*, n.º 1: 63-67. A introdução é antecedida por uma caixa com este preâmbulo: “Praça do Xipamanine. Quero apanhar um chapa 100 para Xai-Xai. Um Bedford apinhado de gente ronca e parte. Entre os gritos de despedida, uma frase: “UTARHUNGULA VAMHAKE!” (CUMPRIMENTOS ÀS MINHAS MÃES!...). Não sei porquê, mas a frase faz ricochete na minha mente em Português e *sinto* que algo “não vai bem” com ela. Passo-a para a língua original, que por sinal é a minha – o Tsonga – e eis que estava tudo muito bem! Foi a partir daqui que me apercebi de que ser bilingue era uma coisa tremenda! Sobretudo para os que escrevem...” (Sitoe, 1989: 63).

Logo na introdução coloquei as perguntas que aqui transcrevo com a respetiva proposta de resposta: “Poderá alguém dominar com perfeição uma língua sem conhecer a cultura do grupo social que fala essa língua? Poderá alguém “absorver” a cultura de uma determinada sociedade sem passar pelo estudo aprofundado da sua língua? Daqui tenho, então, que a língua e a cultura

são duas faces de uma mesma moeda que rola sobre uma terceira (a ideologia - com todas as suas instituições) que as une e delimita. Esta moeda gira sob o impulso da sociedade dando origem àquilo que me atrevi a chamar de linguacultura.” (Sitoe, 1989: 63) É que nas minhas lides como linguista, lexicógrafo, docente e escritor foi ficando, para mim, mais nítida a influência que a língua exerce sobre a cultura e vice-versa, num processo dinâmico que as torna indissociáveis.

A partir daqui, nos meus *falascritos* passei a usar o termo *linguacultura* para designar o que é intrínseco em língua e cultura: a sua inseparabilidade. Mesmo nesta entrevista, irei usar esta expressão. É que não consigo descrever os contornos desta moeda que gira sob o impulso da sociedade no seu despertar de consciências rumo ao exercício da cidadania (que cabe a todos os moçambicanos por direito) sem empregar este termo.

**Tenho feito militância a favor das línguas desta terra e da dignidade dos meus compatriotas!**

**ECN/LCP: Geralmente, o professor tem dito “Escrevo em Changana, minha língua materna, porque é uma língua muito rica, uma língua muito bela [...] Cada língua de Moçambique é uma pétala que compõe uma bela flor [...] A rega desta flor não deve ser pétala a pétala, mas da flor como um todo!” Isso é verdade mas parece haver para além desta motivação, por detrás da sua paixão e entrega à causa das línguas moçambicanas, uma força maior; uma espécie de militância, a favor delas, é isso?**

**BS:** Deve ter já transparecido ao longo da nossa conversa que desde tenra idade estive exposto a um ambiente bastante favorável à utilização das nossas línguas mesmo fora da esfera familiar. Na Mafalala ouvia-se mais o Ronga e o Changana.

Até os cantineiros portugueses, indianos e chineses faziam o seu negócio nestas línguas. O Português era arranhado em situações mais formais. Na igreja, bem cedo habituei-me a ler e interpretar passagens bíblicas e lições do *Memento* na Escola Dominical e nos *Mintlaw* em Ronga. No Natal recitávamos versículos e apresentávamos dramas nesta língua. Cantávamos hinos de Natal em Ronga. Segui depois um processo natural de desenvolvimento deste gosto pelo seu uso. Antes mesmo de ir para a Universidade, estudei e ensinei a gramática de Ronga e de Changana e publiquei uma ou outra coisa nestas línguas no jornal *Mahlahle* (Estrela da Manhã), uma publicação ecuménica de algumas igrejas protestantes, entre as quais se destacavam a Igreja Presbiteriana de Moçambique e a Igreja Metodista Unida de Moçambique. Pena que este periódico tenha sido banido pelo regime colonial no dealbar dos anos 1970. Acho que seria prematuro chamar de militância ao uso que eu fazia destas línguas de modo prático e espontâneo nesta fase. Só mais tarde é que fui ganhando consciência da necessidade de alguma advocacia ou militância em relação ao seu uso formal e efetivo. Esta convicção começou a ganhar forma quando me foi recusada a publicação da minha primeira obra literária em Changana, *Zabela*, por motivos que estavam ligados à alegada construção da unidade nacional (através da língua portuguesa). Senti-me revoltado. Que país independente era este que não deixava os seus cidadãos viverem as e nas suas línguas? O meu engajamento consolidou-se quando fui convidado a colaborar com o Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas, na altura um verdadeiro centro de advocacia a favor das línguas autóctones do país. A militância de Rzewuski na valorização das línguas africanas marcou-me profundamente.

Bem, *Zabela* acabou sendo publicado graças à sensata e oportuna intervenção do então Ministro da Informação. Na altura,

achei por bem publicar, num semanário local, um artigo a explicar o porquê de escrever em Changana. É deste artigo que foi extraído o fragmento que foi usado na vossa pergunta. Não nos devemos esquecer que esta obra apareceu numa altura em que era quase proibido defender as línguas bantu como línguas de comunicação oficial (incluindo nas escolas) e num contexto em que ser reconhecido como escritor parecia estar automaticamente ligado a escrever em Português. Ignorei e desafiei estas regras do jogo e hoje reconheço que valeu a pena! Investigo, ensino, escrevo em língua(s) bantu com prazer e alegria e sobretudo seguro de estar a trabalhar para uma causa justa e nobre.

#### **ECN/LCP: Inclusive fora do mundo académico.**

**BS:** Para além de docência e investigação, também colaborei com diversas instituições em trabalhos de extensão, tais como: co-produção e tradução para Changana de revistas e brochuras sobre saúde reprodutiva e HIV-SIDA; orientação e participação na elaboração de materiais de alfabetização e educação de adultos em línguas locais, bem como a orientação de seminários de capacitação de alfabetizadores; participação nos cursos de capacitação de locutores da rádio tendo orientado aulas sobre o funcionamento e a escrita de línguas moçambicanas; participação na formação de tradutores e revisores da Bíblia e na própria tradução e revisão da mesma e, muito recentemente, a tradução da Constituição da República para o Changana, a segunda língua mais falada do país.

A minha filiação a organizações como a Associação de Escritores Moçambicanos (AEMO), Academia de Ciências de Moçambique (ACM), Sociedade Internacional de Linguística (SIL), Sociedade Bíblica de Moçambique (SBM), Associação de Linguística das Universidades da SADC (LASU), Centro de Estudos Avançados da

Sociedade Africana (CASAS), entre outras, também tem contribuído para a abertura de horizontes sobre a promoção do estudo, divulgação e uso das línguas africanas. É no seio destas organizações que os pesquisadores africanos consolidam a sua visão identitária, estreitam relações e aprendem a falar em uníssono, cada um na sua língua.

Chegados aqui, sou levado a afirmar que não sei se isto pode ser chamado de militância pois é a minha forma de viver a vida; é tão natural como respirar! Se o ato de respirar é militância a favor da vida, então sim, tenho feito militância a favor das línguas desta terra e da dignidade dos meus compatriotas!

**ECN/LCP: Para além da produção lexicográfica na língua Changana, sabemos que o Professor possui uma considerável produção literária. Quer, por favor falar-nos um pouco dessa sua outra faceta?**

**BS:** Nos tempos da minha juventude produzia peças de teatro de pequena duração abordando temas de índole educativa para a salvaguarda de valores morais e cívicos no seio de comunidades religiosas. Estas peças alimentavam debates no seio de jovens, entre pais e filhos e entre maridos e mulheres, conforme os temas tratados. Mais tarde escrevi três peças para a rádio, num programa em Changana denominado *Mabulu i kuyakana* (Conversando aprendemos uns dos outros). *Mfolokwana* fala de um rapazote da zona rural com uma enorme vontade de frequentar a escola contrariando os pais, camponeses, que não viam nisso nenhuma utilidade prática. A vontade deste menino acabou sendo respeitada. *Motobomba* aborda o drama vivido e superado pelos camponeses nas terríveis cheias periódicas do rio Limpopo. *Yavayava* conta a história de um chefe de família prepotente, cruel e violento, com a agravante de sofrer de uma mórbida incli-

nação ao álcool sob pretexto de afogar mágoas infligidas pelo regime colonial e pelo trabalho duro de estivador. Com a ajuda da família e vizinhos ele muda de vida. Três ou quatro poemas meus também foram ditos naquele programa radiofónico.

Já falei de *Zabela*, a minha primeira novela publicada em 1983. Aborda a questão da fuga de jovens do campo para a cidade onde muitos deles se perdiam, como foi o caso de Zabela, a personagem principal. Em 1996 foi publicada na sua versão em Inglês (*Zabela – My Wasted Life*) e em 2013 reapareceu com nova roupagem numa edição bilingue Changana-Português (*Zabela - Uma juventude desperdiçada*). As suas irmãs mais novas são as novelas *Musongi* (1985); adaptada para teatro radiofónico em 1986, e que é a história de uma rapariga que pôs a nu os conflitos geracionais em torno do confronto entre usos e costumes da terra e os trazidos pelo Ocidente e, finalmente, *Thandhavantu* (1995) que teve como base a peça teatral *Yavayava* de que já falei.

**Uma língua oficial exógena nos países pós-coloniais só é acessível a uma pequena porção da sociedade e pode, portanto, ser também um fator de divisão.**

**ECN/LCP: Como é que o conhecimento científico sobre a vitalidade e o estatuto das diversas línguas em Moçambique contribui para um debate mais amplo sobre o lugar das diversas culturas que constituem a sociedade moçambicana?**

**BS:** Não é fácil avaliar o impacto de um processo no qual estamos mergulhados. O debate social e político da situação multilingue e multicultural que caracteriza o país tem conhecido contornos imprevisíveis na história pós-colonial. Com o advento da independência, em 1975, a expectativa era de que, finalmente, a hos-

tilização das línguas moçambicanas seria eclipsada por um entusiástico movimento em direção ao reconhecimento da sua “existência” e importância. Mas fomos confrontados com uma espécie de fuga ao início da realização desde sonho que vínhamos acalentando durante a fria noite colonial. É que, nos primeiros anos da independência, no seio da classe dirigente, reinava a ideia de que a nação moçambicana deveria ser edificada somente com base na língua oficial (o Português), assumida como a língua de unidade nacional. As línguas moçambicanas eram vistas como uma ameaça à coesão nacional porque poderiam dar azo ao tribalismo. Era preciso “matar” a tribo para se construir a nação. Mas é bem sabido que uma língua oficial exógena nos países pós-coloniais só é acessível a uma pequena porção da sociedade e pode, portanto, ser também um fator de divisão. E o Português é exoglóssico em Moçambique.

#### **ECN/LCP: Mas, houve reações.**

**BS:** Apesar desta abordagem geral, de certa forma hostil às línguas moçambicanas, também houve vozes que manifestaram atitudes favoráveis em relação a estas línguas como reação natural a forças internas e externas em prol da mudança. A título de exemplo, a criação do Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas (NELIMO), na Universidade Eduardo Mondlane, na segunda metade dos anos 1970 e os projetos de pesquisa nele desenvolvidos lançaram as bases para o debate que se impunha. Dentre estes projetos, cito o de Levantamento Dialeológico Nacional, nas suas três fases; o de Identificação, Localização e Estudo de Línguas minoritárias e o de Levantamento Sociolinguístico das Línguas Moçambicanas. Estes projetos tornaram mais “visível” a situação diglósica em que Moçambique estava mergulhado. A partir da década de 1980, o Nelimo desencadeou o processo de padronização

da ortografia de línguas moçambicanas. O primeiro seminário aconteceu em 1988 depois de um ano de preparação. Esta preparação incluiu um curso denominado “Descubra a sua língua” direcionado para representantes de diversas instituições ligadas à comunicação (rádio e imprensa), educação, saúde, artes, património cultural, bem como de diferentes organizações e associações e confissões religiosas. A seguir ao curso, os participantes tiveram ocasião de continuar a estudar e a identificar questões ligadas às suas línguas nas comissões de línguas que funcionavam junto dos emissores provinciais da Rádio Moçambique e em outras instituições, um pouco por todo o país. Estes seminários, realizados de dez em dez anos, com a participação de representantes da quase totalidade das línguas do país, contribuíram para uma maior visibilidade das línguas moçambicanas, ultrapassando-se de longe o propósito inicial da padronização da sua escrita. As intervenções de estudiosos nacionais e estrangeiros, bem como as de altos membros do governo, tiveram um impacto jamais sonhado. Com estas iniciativas ia se tornando mais evidente que mesmo num país multilingue e multicultural é possível conseguir-se a unidade na diversidade.

#### **ECN/LCP: E no quadro político depois de 1990 houve alterações importantes?**

**BS:** A aprovação de uma nova Constituição em 1990 abriu uma janela sobre as línguas moçambicanas. No seu Artigo 9, lê-se: “O Estado valoriza as línguas nacionais [bantu] como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade.” Nesta época já se falava mais abertamente sobre este assunto tabu no passado. Contudo, notava-se ainda um certo acanhamento quando chegava a vez de se discutir a problemática das línguas moçambicanas em

simpósios e conferências sobre línguas, estudos da linguagem e áreas afins.

Paralelamente a esta titubeante procura de caminhos para a definição de uma política linguística consentânea com a realidade do momento, muitas instituições foram criando espaços para a utilização cada vez mais impactante das línguas do país. Na educação, a azáfama é notória na alfabetização e educação de adultos, no ensino bilingue ao nível da escola primária, na formação de professores de línguas bantu em universidades e instituições de formação de professores, etc. Na saúde, através de cartazes e brochuras, programas radiofónicos, etc. sente-se o palpitar das nossas línguas e sobretudo da nossa cultura. Nos meios de comunicação, a rádio continua a produzir noticiários, reportagens, programas informativos e recreativos e de apoio ao ensino bilingue e a televisão ensaia noticiários e programas de produção local, etc. As igrejas, as organizações não-governamentais e outras forças vivas da sociedade têm usado progressivamente as línguas moçambicanas nos seus mais diversos programas. As universidades têm estado empenhadas no estudo e descrição das línguas moçambicanas. Ao nível da graduação e da pós-graduação, as pesquisas culminam com a defesa de monografias e teses sobre aspetos do funcionamento destas línguas.

Já se faz sentir a falta de uma instituição ao nível central com o duplo papel de, por um lado, aglutinar estes esforços e coordenar estas iniciativas dispersas e por vezes descontinuadas e por outro lado, capitalizar as experiências e os valiosos conhecimentos até aqui acumulados com vista ao desencadeamento do debate em torno da definição de uma política linguística que traduza a vontade dos moçambicanos já suficientemente expressa em acções concretas. Esta instituição iria operar em estreita colaboração com as suas congéneres

ao nível da região e da África em geral sem olvidar parcerias na sua dimensão intercontinental.

**ECN/LCP: Sobre o Ensino Bilingue, o Professor – entre outros linguistas moçambicanos- tem encarado o Ensino Bilingue como um projeto de grande valor. Em um artigo de 2014, o Professor diz que: “O Ensino Bilingue é um projeto sério e único capaz de resolver os problemas pedagógicos de que hoje o sistema de educação, em Moçambique enferma”. Diz também que falta vontade política. Na sua opinião, como é que se vai percorrer esse longo caminho entre o que os linguistas defendem e o que o governo legisla e executa?**

**BS:** A utilização efetiva de qualquer língua que seja não depende apenas e exclusivamente de decretos baixados pelos governos. Se os povos dos países que já conheceram os males do colonialismo estivessem à espera de vontade política para se emanciparem ainda estariam sob jugo colonial. O mesmo se passa em relação à independência cultural. Muito do que venho relatando nesta conversa não teria acontecido se os moçambicanos não tivessem tomado a iniciativa de agir por conta própria e risco. Indo à pergunta, gostaria de repisar que o ensino bilingue em Moçambique tinha a múltipla finalidade de alcançar objetivos linguístico-pedagógicos, culturais e identitários e de direitos humanos. O tempo encarregou-se de demonstrar que a educação bilingue está a contribuir para a modernização e elevação do estatuto das línguas moçambicanas e das práticas culturais. A colocação do colega Feliciano Chimbutane é a cereja no topo do bolo: “O uso das línguas locais na escola (re)humaniza os seus falantes ao promovê-los de cães para seres humanos.” Os resultados até agora obtidos provam que, para melhorar a qualidade de ensi-

no em Moçambique, só há um caminho a seguir: expansão horizontal e vertical da educação bilingue, observadas as recomendações produzidas pelos diversos estudos e avaliações da educação bilingue em Moçambique e no mundo em geral. Se calhar a solução não é educação em línguas moçambicanas nas zonas rurais mas sim educação em línguas moçambicanas para todos, em todos os tipos de escolas e do ensino básico ao superior! Em suma: Temos que “fazer da escola uma base para o povo tomar o poder!”, como dizia o saudoso Samora Machel, primeiro Presidente do Moçambique independente! A vontade política para a consolidação do sucesso deste empreendimento deve incidir na planificação da superação das dificuldades até aqui sentidas.

**ECN/LCP: Essa superação implica um maior investimento público, não é verdade?**

**BS:** Não se pode pensar na continuação do projeto do ensino das línguas moçambicanas para além da escola primária sem se pensar na formação específica de professores. A pressão da sociedade nesse sentido é tremenda. Mas, como ensinar as línguas moçambicanas na escola secundária sem antes formar professores? Mas, como formar professores ao nível superior com alunos vindos do ensino secundário semianalfabetos nas suas línguas? Não se faz omeletas sem ovos! Isto é um apelo à vontade política no seio de instituições da educação vocacionadas para a formação de professores. São conclamadas a produzir ideias práticas, cientificamente alicerçadas, em articulação umas com as outras, para a planificação curricular (ou para o seu reajustamento), tanto para a escola secundária, como para a formação de professores para este nível de ensino. Não se faz omeletas sem ovos, repito, mas em Moçambique, professores e alunos do ensino bilingue participam no processo

de ensino-aprendizagem sem livros! Os poucos existentes circulam pelos professores responsáveis pela preparação dos seus colegas e muitas vezes sobrevivem, consumindo fotocópias. A vontade política é aqui convocada para garantir que a indústria gráfica seja municiada dos meios materiais necessários para a produção do livro escolar em qualidade e quantidade para este subsistema de ensino!

Outro fator negativo para o êxito do ensino bilingue tem a ver com a precariedade das infraestruturas onde funciona. A má qualidade das instalações pode levar à falsa ideia de que este ensino é destinado às populações de baixo rendimento, pobres, em escolas que funcionam debaixo das árvores ou em escolas de pau a pique, quando muito. É um repto que clama pela vontade política das autoridades gestoras da educação. O ensino bilingue também visa a satisfação das necessidades artístico-culturais da sociedade moçambicana. O ensino primário em línguas maternas deve ser alimentado com literatura nestas línguas. A literatura extracurricular bem como os textos de carácter didático-pedagógico produzidos nestas línguas irão fomentar o gosto pela leitura. E o escritor tem aqui uma oportunidade para dar a sua contribuição. A vontade política deve atingir as instituições ligadas à “indústria literária” para que os moçambicanos façam e consumam literatura na sua *linguacultura*.

Estou convicto de que, enquanto esta vontade política não vem “lá de cima”, os moçambicanos continuarão a fazer omeletes sem ovos neste domínio do ensino bilingue pois têm consciência do seu impacto positivo no processo de ensino-aprendizagem.

**ECN/LCP: Na área das políticas linguísticas em prol das línguas bantu, quais foram algumas das maiores conquistas nas últimas décadas em Moçambique? E o que podemos esperar para este século?**

**BS:** Para mim, as maiores conquistas na área das políticas linguísticas a favor das línguas moçambicanas de origem bantu foram três:

**a)** o reconhecimento da sua importância, estampado na Constituição da República, como património cultural e educacional e a promoção do seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade;

**b)** a introdução do Ensino Bilingue no país que, apesar dos reveses por que tem passado, tudo indica que veio para ficar. (De notar que, infelizmente, os reveses de que o país se ressentir não se verificam apenas no ensino bilingue, mas no atual sistema de ensino como um todo, bem como noutros setores, tais como os de administração da justiça, saúde, exercício de cidadania, etc.)

E, por fim, **c)** a introdução de cursos de ensino das línguas moçambicanas a nível superior e o seu ensino nas escolas de formação de professores e não só.

Não sou profeta, mas, para o presente século, vislumbro um panorama linguístico cultural e socialmente mais colorido e equilibrado porque inclusivo, como resultado da aclamação “*Hoza, multilinguismo e multiculturalismo no nosso Moçambique independente!*”.

Este clima terá criado condições para a ocorrência de eventos tais como: **a)** a outorga de estatuto oficial a línguas moçambicanas por região de predominância

e o seu uso de forma oficial (e não oficiosa e informal) na administração pública; **b)** a homologação da escrita das línguas moçambicanas; **c)** a criação de uma instituição a nível nacional vocacionada às questões das línguas deste país para coordenar os esforços que internamente estão a contribuir para a promoção destas línguas e para estabelecer diálogo e parcerias com instituições afins ao nível regional e internacionais; **d)** a abertura, a nível terciário e superior, de cursos de tradução direcionados às línguas moçambicanas; **e)** a produção de obras de referência tais como dicionários bilingues e monolíngues, vocabulários de especialidade e gramáticas, pelos jovens pesquisadores das línguas moçambicanas **f)** a consolidação do crescente envolvimento de escritores e poetas jovens na produção literária nas suas línguas maternas. Aí, haverá concursos literários nestas línguas com prémios diferentes das atuais palmadinhas nas costas destes *heróis das letras armadas*. A poesia de intervenção por eles produzida, de certa maneira, tem dado voz aos sem voz! Mas até que isto tudo aconteça, muitos rios cautelosos terão que continuar a levar as suas esperançosas águas ao mar chamado Democracia, Exercício de Cidadania e Direitos Linguísticos! Por vezes terão que desbastar ou galgar colinas e outeiros da ignorância, do comodismo, da miopia política e/ou sobretudo do medo de perder o poder. Língua é poder!